



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

RESOLUÇÃO Nº 30/2017

Dispõe sobre a Publicação das deliberações da X Conferência Municipal de Assistência Social de Franca.

O Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S., no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal N.º 8.388 de 06 de abril de 2016:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Publicar as deliberações anexas, referente à X Conferência Municipal de Assistência Social, realizada nos dias 12 e 13 de Julho de 2017, na UNIFACEF – Unidade II, sito à Avenida Dr. Ismael Alonso e Alonso, 2400 – Bairro São José – Franca – SP, com o tema “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS”.

ARTIGO 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCA/SP, 13 de julho de 2017.

Ernestina Maria de Assunção Cintra
Presidente do C.M.A.S.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FRANCA – SP

ANEXO

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 13 DE JULHO DE 2017

PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA

Deliberações para o Município	
1	Compor e Ampliar as Equipes de Referência nas unidades estatais, serviços e órgão gestor, atendendo as novas demandas e garantindo a implantação do setor de vigilância socioassistencial e contratação de servidores(as) públicos(as) para a UNICAD.
2	Implantar mais unidades estatais e suas respectivas equipes de referência, nos territórios com maiores demandas.
3	Assegurar o direito de participação de trabalhadoras(es) e usuárias(os) nas instâncias de controle social (Conselhos, Conferências, Audiências e Fóruns). Trabalhadoras(es): direito de participar sem prejuízo financeiro e/ou reposição de jornada e garantia de sua representação autônoma. Usuários(as): Assegurar meios para sua participação (transporte, lanche/refeição, espaço de recreação/convivência infantil, etc).
4	Reestruturar/reordenar os serviços para pessoas em situação de rua de acordo com as normativas do SUAS, garantindo acesso às seguranças socioassistenciais previstas (ampliação de vagas do serviço de acolhimento, adequação de equipes do centro pop e ampliação do horário de funcionamento ao público, implantação da casa de passagem e do serviço de abordagem social).
5	Criar, em caráter de urgência, o serviço de república para egressos do serviço de acolhimento para adolescentes.
6	Criar os serviços socioassistenciais previstos na tipificação nacional, priorizando república para idosos e ampliação dos serviços de residências inclusivas e centros dia para idosos e pessoas com deficiência garantindo a territorialização.
7	Criar Legislação Municipal para Regular o SUAS, garantindo ampliação e aplicação correta do orçamento destinado a política de assistência social com transparência na aplicação dos recursos e controle social.
8	Revisar as Leis Municipais do Programa de Renda Mínima, benefícios eventuais e oxigenoterapia, garantindo a participação da população, o princípio da equidade e a avaliação técnica para concessão;
9	Aprovar a Lei de subsídio financeiro para que familiares/rede de apoio possam assumir a guarda de crianças e adolescentes sob medida de proteção, bem como para jovens egressos dos serviços de acolhimento (Lei Família de Origem);
10	Realizar um estudo do custo dos serviços e das demandas para alteração dos editais de chamamento público com relação ao número de vagas, à equipe necessária, readequação de pisos, alteração da carga horária e garantia de transporte para o acesso dos usuários para todos os serviços da Assistência Social, inclusive com a criação de serviços inexistentes no município de acordo com a Resolução nº 109 do CNAS;



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

Deliberações do município para o Estado	
1	Garantir o cofinanciamento de todos os benefícios eventuais e serviços socioassistenciais
2	Restabelecer e ampliar as metas dos programas estaduais de transferência de renda (Renda Cidadã e Ação Jovem), com atualização periódica de valor e integração metodológica aos serviços e benefícios socioassistenciais tipificados, bem como critérios de priorização por vulnerabilidades mediante avaliação técnica dos profissionais das unidades estatais e potencializar o programa Ação Jovem, tendo em vista a alta vulnerabilidade e violência que sofrem os jovens pobres e negros do estado, através da ampliação de vagas e da faixa etária; integração massiva e arrojada com os programas estaduais de educação, cultura, comunicação, saúde, trabalho, renda e direitos humanos.

Deliberações do município para União	
1	Manter a vinculação do BPC ao salário mínimo nacional conforme a Constituição Federal, garantindo ainda que o BPC por deficiência não seja contabilizado como renda no momento de avaliação para concessão, inclusive mantendo a idade de 65 anos para o Idoso
2	Revogar a emenda constitucional 95/2016 que congela investimentos públicos nas áreas sociais nos próximos 20 anos.
3	Definir parâmetros de participação dos entes federados quanto ao cofinanciamento e mecanismos de responsabilização em caso de descumprimento, garantindo equidade em relação aos benefícios e serviços.
4	Revisar as normativas do SUAS, inclusive revisão da Resolução nº 17 para inclusão de novas categorias profissionais (educador físico, gerontólogo) e da regulamentação do programa Bolsa Família, com maior transparência e revisão dos critérios de renda e valor do benefício.